

# EDITORIAL

A 11ª edição da Revista do Curso de Direito das Faculdades Integradas de Bauru – FIB (*JurisFIB*) apresenta artigos científicos que transitam de forma transversal entre áreas do conhecimento, como, por exemplo, a filosofia, a história, e o Direito como fio condutor para construção de respostas jurídicas adequadas aos desafios da complexidade da sociedade contemporânea.

A complexidade da sociedade na atualidade exige um (novo) olhar do Direito a partir da emergência de novas tecnologias e de transformações sociais e, para tanto, pesquisas jurídicas que tenham como característica a transdisciplinaridade de forma a possibilitar a construção plural do conhecimento jurídico.

Nesse contexto, essa edição da revista jurídica perpassa pelo diálogo do Direito com outras áreas do conhecimento e o primeiro artigo “O princípio da vedação ao retrocesso social e a reforma da previdência: análise da (in)constitucionalidade dos benefícios das aposentadorias voluntárias e sustentabilidade financeira”, Mayara Mihoko Kodima Cury e Camilo Stangherlim Ferraresi, buscam analisar o princípio da vedação ao retrocesso social e a reforma da previdência, temática de fundamental importância na atualidade uma vez que muitas alterações decorrentes das reformas impactam diretamente na vida das pessoas e podem incorrer em vício de inconstitucionalidade.

Na sequência, a temática apresentada é “Os direitos humanos: percurso histórico”, de Dilson Brito da Rocha, com um diálogo entre Direito, Filosofia e História. No terceiro artigo, os autores, Everton Cavalcante e Márcio José Alves, enfrentam o pacote anticrime com a temática “A lei nº 13.964/2019 (“PACOTE ANTICRIME”) e a (in)constitucionalidade da execução provisória da pena em condenação do Tribunal do Júri”, de forma a contribuir academicamente a uma discussão jurídica relevante no cenário brasileiro.

Em seguida, as autoras Danielli Cristian Cardoso Rôa e Claudia Fernanda Aguiar Pereira transitam pelo planejamento sucessório, societário e empresarial com

o artigo “Holding como forma de planejamento sucessório, societário e tributário”. A abordagem busca destacar diretrizes essenciais para que a reestruturação societária, tributária e sucessória como instrumento de proteção ao patrimônio da família, observando sempre os aspectos jurídicos legais para sua implementação.

No artigo seguinte, Felipe de Melo Munhoz e Cláudia Fernanda de Aguiar Pereira, tem como objeto a análise dos “Aspectos gerais da criônica e suas consequências no ordenamento jurídico brasileiro”. Aqui se insere o desafio para o Direito no cenário do desenvolvimento tecnológico.

Na sequência, os autores Gabriela Nespolo e Camilo Stangherlim Ferraresi, analisam “A (in)constitucionalidade dos artigo 28 da lei 11.343/2006: a inexatidão da redação e interpretação adequada à luz da Constituição Federal”. O artigo faz uma abordagem a partir do processo hermenêutico de construção jurídica de sentido do direito positivo até a análise da interpretação e aplicação da lei pelo Judiciário.

Em seguida, as autoras Livia Hemelly Gomes e Maria Cláudia Zaratini Maia, analisam “O princípio da laicidade em espaços públicos e a (im)possibilidade de exposição de símbolos religiosos”, com uma reflexão sobre o Estado laico e a utilização de símbolos que identificam a fé religiosa.

No próximo artigo, há a análise das fraudes bancárias e responsabilidade civil realizada pelas autoras, Cláudia Fernanda de Aguiar Pereira e Roberta da Silva, com o tema “As fraudes bancárias e a responsabilidade civil das Instituições Financeiras”.

O fechamento dessa edição tem o artigo “Acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e o reflexo no sistema previdenciário”, dos autores João Paulo Martins Valerio e Marli Monteiro, que tem por objetivo verificar o impacto no sistema econômico e as consequências para o sistema previdenciário brasileiro”.

Percebe-se, portanto, a reflexão sobre temas atuais e importantes do cenário jurídico nacional, mas também um diálogo com outras áreas do conhecimento, que enriquece o conteúdo das pesquisas e amplia a compreensão do fenômeno jurídico a partir de sua incidência para regular os diversos sistemas sociais da sociedade pós moderna e os (novos) fatos jurídicos que surgem no cenário de transformação das transformações sociais.

Como podem observar, os artigos desta edição foram selecionados com muito critério e cientificidade, com destaque a pluralidade e transversalidade dos temas pesquisados pelos autores. Esperamos que os textos possam trazer grandes contribuições e promover debates muito relevantes. Desejamos a todos e todas uma excelente leitura!

Prof. Dr. Camilo Stangherlim Ferraresi  
*Editor-chefe da Revista JurisFIB*